



## Ata da 171ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

1 Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas, na sala  
2 \_\_\_\_\_ do anexo II do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios em  
3 Brasília, foi realizada a centésima septuagésima primeira Reunião Ordinária do  
4 Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, sob a  
5 Presidência da presidente \_\_\_\_\_, Sra. \_\_\_\_\_ e com a presença dos  
6 seguintes **Conselheiros**: (\_\_\_\_\_).

7 A reunião foi aberta pela Presidente que saudou os presentes e informou que a pauta  
8 seria sobre o Planejamento Estratégico do CONANDA. Em seguida passou a palavra  
9 para a consultora encarregada de conduzir os trabalhos, Sra. Penha \_\_\_\_\_. A  
10 consultora iniciou mencionando que algumas questões discutidas pelos conselheiros  
11 nos subgrupos de trabalho, não fossem retomadas por estarem encerradas e  
12 encaminhadas. No entanto, a conselheira Júlia demonstrou a necessidade de  
13 retomar algumas questões que não tiveram a concordância de todos. A consultora  
14 encaminhou para a primeira etapa dos trabalhos: **Marcos Referenciais**. O primeiro  
15 item foi: Visão Futura. A condutora do item objetivos, disse que o grupo considerou  
16 bastante as colocações dos demais grupos, realizando um arremate final às propostas.  
17 Na seqüência, apresentou os tópicos definidos. Primeiro: Elaborar e deliberar as  
18 diretrizes da Política Nacional da Criança e do Adolescente, bem como monitorar e  
19 avaliar a sua implementação; Segundo: Fortalecer a rede dos direitos e tutelares, e  
20 Conselhos Tutelares. Terceiro: Acompanhar e monitorar PEC's e PL's e sua tramitação  
21 no Congresso Nacional, propondo sugestões e alterações quando necessário; Quarto:  
22 Acompanhar e incidir na política internacional dos direitos da criança; Quinto: Garantir a  
23 prioridade de recursos financeiros no Orçamento da União para as políticas públicas da  
24 criança e do adolescente. Em seguida, a conselheira Júlia indagou sobre a  
25 necessidade de que ficassem claro no planejamento estratégico, as definições de

26 estrutura especificando o local para que as discussões fossem feitas. O **coordenador**  
27 **da reunião** (?) colocou a proposta em análise da plenária para a apreciação de cada  
28 um dos tópicos apresentados. A conselheira **Carmem** lembrou que o planejamento se  
29 referia aos objetivos estratégicos do biênio e que deveria ser algo permanente. Sugeriu  
30 ainda que fossem contempladas não só a elaboração e a deliberação das diretrizes da  
31 política nacional, mas sim um plano decenal. Em seu entendimento o planejamento não  
32 deveria ser concebido como planos de gestões de governo e sim como plano de  
33 **Estado e Nação**. Após discussões, o texto do tópico ficou definido com a seguinte  
34 redação: Acompanhar e incidir nas PEC's e PL's, bem como propor alterações  
35 legislativas no Congresso Nacional, referente a garantia de direitos de crianças e  
36 adolescentes. Foi sugerido incluir no item segundo, o termo "promover" no trecho sobre  
37 o fortalecimento da rede, ao invés de fortalecer a rede. O **coordenador da reunião** (?)  
38 respondeu à conselheira explicando que a omissão do termo era proposital, uma vez  
39 que o CONANDA devia promover a aproximação dessa rede. Na seqüência, os demais  
40 itens foram aprovados. O **coordenador da reunião** (?) passou então para as  
41 discussões sobre o tema Visão. O **condutor do item, Sr. \_\_\_\_**(?), explicou que a  
42 ênfase principal do CONANDA devia ser a construção da política da infância que ainda  
43 não existe, incluindo assim na visão futura a questão da política nacional. Para ele, a  
44 intenção era de colocar o CONANDA como uma referência nacional e internacional na  
45 garantia da promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes para  
46 o esclarecimento das diferentes (*inaudível*) do sistema de garantia dos direitos. O  
47 conselheiro **Djalma** achou a expressão "referência" inadequada, do ponto de vista  
48 nacional e explicou que o CONANDA é referência e um órgão que pode ser consultado  
49 internacionalmente em relação à determinada matéria, mas, em seu entendimento, a  
50 reafirmação do Conselho internamente e a sua importância teria que ter uma  
51 conotação mais forte do que simplesmente referência. Após os ajustes o **coordenador**  
52 **da reunião** (?) aprovou o texto com o termo "defesa", conforme sugerido pelos  
53 conselheiros. Na seqüência, o coordenador passou então para o item credo, explicando  
54 que seria aquilo que o Conselho crê de fato, e que o moveria. O **condutor do item**(?),  
55 fez a leitura da proposta do credo de valores: "A afirmação dos direitos humanos das  
56 crianças e dos adolescentes, como sujeitos de direitos, com ética, equidade, respeito  
57 as diversidades, impessoalidades no exercício da função, cooperação, justiça social e  
58 transparência". A consultora, **Sra. Penha** encerrou a primeira etapa sobre os marcos  
59 referenciais e passou para a Análise de Cenário. O **coordenador da reunião** (?)  
60 convidou os responsáveis pelas exposições a comporem a mesa, concedendo vinte

61 minutos para cada expositor. A conselheira **Carmem** apresentou um balanço feito no  
62 grupo de trabalho sobre as ações realizadas no ano de dois mil e oito. Ela lembrou que  
63 a SPDCA coordena, no âmbito do Governo Federal, a implementação da Política  
64 Nacional e que, apesar de ser um órgão que tem status de Ministério, localizado na  
65 Presidência da República, na Secretaria Especial dos Direitos Humanos, é uma sub-  
66 secretaria. Disse que o órgão tem inscrito no PPA três programas dos quais é  
67 diretamente responsável. Ela mencionou o programa dirigido para proteger crianças e  
68 adolescentes ameaçados de morte. Na apresentação do balanço de dois mil e oito,  
69 destacou o atual cenário onde se comemorou os dezoito anos do ECA e sessenta anos  
70 da declaração universal dos direitos. Falou sobre a coordenação do terceiro Congresso  
71 Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual da Criança e do Adolescente no  
72 âmbito do Governo Federal e também das parcerias com o EQUIPAT e UNICEF, além  
73 da produção de dois relatórios internacionais, um sobre a convenção dos direitos da  
74 criança e o protocolo facultativo referente à temática da exploração homossexual e  
75 tráfico. Lembrou ainda de ter sido o primeiro ano de execução da agenda Social  
76 Criança e Adolescente, e da coordenação dessas ações envolvendo vários ministérios.  
77 Em sua avaliação foi um ano importante para construir um observatório nacional. Nos  
78 principais problemas identificados, mencionou a redução de equipes e o aumento das  
79 demandas, a ausência de assessoria jurídica permanente, a inadequada estrutura  
80 física, insuficiente suporte tecnológico de equipamentos, ausência de estratégia de  
81 comunicação e a série de dificuldades nos fluxos de convênio. Quanto as principais  
82 realizações, a conselheira citou a instalação do comitê gestor e as três comissões  
83 intersetoriais encarregadas de pautar a implementação da agenda. Mencionou ainda a  
84 comissão intersetorial do SINASE, da violência sexual, e da convivência familiar e  
85 comunitária. Destacou a superação de todas as metas físicas e financeiras da agenda  
86 para cumprir, na íntegra e na legalidade, o que estava projetado. Citou também como  
87 conquista a construção do portal do observatório que estava em fase de pré-  
88 lançamento. Destacou três projetos que mais evoluíram: o de implementação do  
89 SINASE, que, segundo ela, pela primeira vez fechou o ano tendo feito  
90 acompanhamento in loco na maior parte dos estados, ou seja, o Conselho conseguiu  
91 fazer visitas técnicas de diagnósticos, de assessoria a vinte e quatro estados e neles  
92 foram desenvolvidos trabalhos com a meta de criar comissões intersetoriais no âmbito  
93 dos governos estaduais. Informou que atualmente são cinco estados com estas  
94 comissões funcionando. Destacou a meta de dez novos convênios e seis obras, com  
95 recursos da SPDCA. Com o resíduo financeiro e com recursos do PRONASE, foi

96 possível o acompanhamento de quatro unidades de internação em outros estados.  
97 Informou ter então dez convênios fechados. Aproveitou para destacar o início do  
98 financiamento aberto pelo BNDES, que repassou recursos a quatrocentos e cinquenta  
99 municípios, incluindo todas as capitais. Afirmou ser um cenário diferente do que havia  
100 em dois mil e seis, quando apenas quarenta por cento das capitais tinham programas  
101 municipais. Mencionou a participação das cento e sessenta delegações de países no  
102 **(?)(ininteligível)**, mais de três mil e quinhentos delegados, entre adolescentes e  
103 jovens, totalizando quase quatrocentos participantes, como delegados, cinquenta e  
104 cinco ministros ou vice ministros que foram as autoridades de auto nível, sete primeiras  
105 damas, o Presidente Lula, seis Ministros brasileiros, e o envolvimento do Gabinete da  
106 Primeira Dama. Lamentou o fato de a mídia ter desmerecido o fato da Dona Marisa  
107 Letícia não falar nos eventos, mas destacou que a primeira Dama conseguiu mobilizar  
108 muitas pessoas, incluindo cerca de quarenta grandes empresários com esse tema por  
109 duas vezes consecutivas. Informou que a primeira Dama iria pautar os mesmos  
110 empresários nesse semestre e que na reunião dos prefeitos, por iniciativa dela, houve  
111 uma mesa específica para mobilizar quinhentas primeiras damas em torno da pauta  
112 sobre o abuso e exploração sexual. A conselheira enfatizou também a campanha de  
113 difusão da implementação dos dezoito anos do ECA com spots de Rádio e TV, e a  
114 cobertura na TV, que teve uma abrangência mais do que esperada, como foi o caso  
115 com a adesão da Rede Globo que veiculou gratuitamente em vários momentos,  
116 inclusive até o final do ano. Disse que a plataforma dos dezoito compromissos, dezoito  
117 projetos de lei prioritários, estava em andamento com trabalhos nas viagens aos  
118 municípios, especialmente com os novos prefeitos. Destacou a terceira edição do  
119 programa Sócio Educando apesar de lamentar os percalços de bastidores. Disse que a  
120 adesão superou a expectativa, haja vista que vinte e cinco estados inscreveram  
121 projetos em várias modalidades na temática da defesa dos direitos da criança e  
122 adolescente. Informou que o destaque foi a extensão do disk cem, que tem médias  
123 crescentes e cujos índices cresceram trinta por cento no número de atendimentos de  
124 dois mil e sete para dois mil e oito. Citou a mudança de sede transformada em *Call*  
125 *Center* próprio que será deslocada para a nova área física e o aumento de doze para  
126 vinte pontos de atendimento. Mencionou a criação de um número para ligações  
127 internacionais e o início da parceria com a "SEIFER NET" e com a Polícia Federal para  
128 a realização de rastreamentos pela internet. Falou da implantação do Disk-Denúncia e  
129 do Tecle-Denúncia, este via internet. Informou sobre a nova parceria firmada, com  
130 recursos do fundo do CONANDA, para uma próxima Campanha a ser desdobrada para

131 o "CASSI Corporais" (?). Sugeriu pautar o assunto dentro do Conselho para avaliação  
132 dos conselheiros. Relatou sobre os vários convênios de apoio a fóruns, ressaltando a  
133 idéia de apoio continuado. Lembrou do convênio inédito com a "UNICED" (?) para ser  
134 desenvolvido nas vinte e sete unidades da federação e que uma rede de ampla defesa  
135 foi construída. Destacou o apoio aos Centros de Defesa e, no caso da Associação de  
136 Familiares de Adolescentes de Alto Risco - AMAR, que passou por um processo de  
137 auto-organização e que atualmente tem um *e-group* para troca de idéias e  
138 jurisprudências, com planos de implantar nesse ano uma nova oficina. Mencionou a  
139 criação do Fórum de Justiça Juvenil que, a partir da idéia de discutir o SIMPIA com os  
140 Tribunais de Justiça dos estados e com seus representantes. Lembrou da iniciativa do  
141 juiz de terem um espaço permanente de encontro que se denominou Fórum de Justiça  
142 Juvenil. Disse que o "PAIR" (?) cresceu em sua implantação e somente em dois mil e  
143 oito passou a ser implantado em cem municípios de dezessete estados aumentando  
144 em mais de duzentos por cento a meta estabelecida. Falou que o PPCAM passou a ser  
145 implantado em três novos estados, e com a sobra de recursos, foi antecipada um dos  
146 convênios previsto para esse ano, totalizando nove estados conveniados, com  
147 importante aumento de atendimentos e destaque para o fato de haver mais familiares  
148 do que crianças nos atendimentos, o inverso de dois mil e seis. Relatou que atualmente  
149 o PPCAM representa dois terços do total regida por todo o sistema de proteção e  
150 passou a ser o maior programa de proteção da Secretaria. Chamou a atenção para a  
151 tarefa de proteger a criança e adolescente ameaçada de morte e sugeriu que a  
152 estratégia deveria ser para o outro lado. Disse que na operação continuada, tanto na  
153 intervenção quanto na rede de direito de créditos tutelares, foram firmados com  
154 recursos da SPDCA, outro do CONANDA, com sete novos convênios para sete  
155 estados que pertencem à agenda e quatro outros estados que tinham bons projetos  
156 passando a ser apoiados. Destacou que se iniciou em dois mil e oito a Comunidade  
157 Virtual de Aprendizagem da FIOCRUZ, que no período de implantação preveniu  
158 duzentas e quarenta e três inscrições para diferentes temas pautados. Falou do  
159 convênio no SINASE com uma ONG baiana para constituição de um Comitê Nacional  
160 de Estudos Avançados de Justiça Juvenil, com a idéia de nuclear especialista de várias  
161 áreas do conhecimento e de várias instâncias do Sistema de Justiça no sentido de  
162 construção de matrizes formativas. Mencionou o trabalho com a lógica de implantar  
163 Centros de Formação, tanto para o meio fechado, quanto para o meio aberto, em  
164 destaque as ações desenvolvidas com matrizes para que no Paraná, ou no Pará,  
165 possam existir operadores trabalhando com os mesmos conteúdos gramáticos, com

166 base de texto de apoio e de referência mais unificadas. Falou também dos cinco novos  
167 convênios com Centros de Formação no ano e que, junto com os conveniados de dois  
168 mil e sete, totaliza vinte centros. Destacou o fato de ser uma experiência inédita que  
169 passou a ser apoiada também em Minas Gerais, que resultou no primeiro Curso de  
170 Especialização em Medida Sócio Educativa. Disse que a idéia tem apoio do MEC para  
171 implantar outros cursos de especialização até dois mil e onze. Na temática da gestão  
172 da informação, a conselheira destacou a versão Web de conselhos tutelares que  
173 começa a ser implantada, bem como o SIM e o SINASE, fruto do acordo com os  
174 Tribunais de Justiça. Falou da doação de computadores do Banco do Brasil e também  
175 de recursos para equipagem de quinhentos e trinta e um Conselhos Tutelares do semi-  
176 árido, com benefício direto em equipamentos a quase três mil Conselhos Tutelares no  
177 Brasil. Disse que foram descentralizados também recursos do BNDES para equipar os  
178 CREA's que começam a operar com o meio aberto em medidas sócias educativas,  
179 para que tenham a infra-estrutura para enfrentar o SIM e o SINASE aberto. Informou  
180 que estão em desenvolvimento onze pesquisas de diferentes áreas da SPDCA e  
181 salientou duas com expectativa para os resultados preliminares do semestre. O  
182 primeiro é um novo indicador de violência letal desenvolvido com o Observatório de  
183 Favela e apoio do UNICEF. Explicou que existe um mapa da violência juvenil,  
184 desenvolvido pela UNESCO, que é usado pelo Observatório de Favelas para fazer uma  
185 estimativa do risco de morte, um diferencial porque trabalha com a taxa de risco de  
186 morte entre os adolescentes. Disse que o indicador que está sendo desenvolvido vai  
187 dialogar com a sociedade para obter um número mais claro. Sobre o Mapeamento  
188 Nacional das Unidades da Federação informou que dois estados ficaram para trás: São  
189 Paulo, que estaria ainda finalizando a pesquisa, e Espírito Santo. Disse que o  
190 CONANDA iria ter prioridade na obtenção dos resultados, fato que permitiria a  
191 discussão de estratégias conjuntas baseadas no diagnóstico. Relatou que o termo de  
192 cooperação com o CNJ já havia surtido efeito com a disponibilização de dados.  
193 Destacou as dezessete publicações, mas advertiu sobre o problema de as divulgações  
194 noticiadas pelo CONANDA serem com tiragem mínima, com cerca de cinco mil ECA's,  
195 que não atende nem ao número de municípios brasileiros. Sugeriu ter menos  
196 publicações, mas com tiragem mais expressiva, com o objetivo de fortalecer o sistema  
197 de garantia de direitos, distribuindo não só para os conselhos tutelares, mas também  
198 para os conselhos de direito, juízes, promotores, delegados e para a rede de escolas.  
199 Em seu entender, a conselheira disse que o grande desafio é pensar maior, é pensar  
200 em território nacional com toda a dimensão continental que ele tem. Relatou ainda que

201 nas relações internacionais a produção do relatório da convenção sobre os direitos da  
202 criança e do protocolo facultativo estava na etapa final. Disse que o relatório havia sido  
203 assinado e teve início o processo BID em quinze cidades gêmeas, incluindo a temática  
204 da exploração sexual, como uma ação conjunta em três outros países. Mencionou o  
205 fato de o Brasil conduzir a presidência *pró-tempori* do MERCOSUL do primeiro  
206 semestre com participação da conselheira Malu nas reuniões de Porto Alegre e Brasília  
207 avaliando como uma participação muito importante. Sugeriu que o CONANDA  
208 acompanhasse a delegação de Governo para ir aos próximos encontros, como no  
209 Paraguai, e posteriormente, no Uruguai, no intuito de tentar a participação no Conselho  
210 Diretivo do Instituto Interamericano que contém um observatório de exploração sexual,  
211 e com destaque para o Congresso Pan-Americano a ser realizado no Peru em  
212 setembro deste ano, com a idéia de promover um encontro de conselheiros e também  
213 de parlamentares. Lembrou da responsabilidade do Brasil na condução das discussões  
214 do documento de diretrizes sobre os cuidados parentais nas Nações Unidas, pautado  
215 por duas vezes no ano anterior. Disse que o CONANDA tem o ano de dois mil e nove  
216 para discutir o assunto, haja vista as grandes dificuldades de acordo em alguns temas  
217 polêmicos. Ao prosseguir, comentou a pauta de responsabilidade da assessoria  
218 parlamentar, como o acompanhamento do PL 1627 e seus desdobramentos, a  
219 proposição do PL substitutivo. Destacou o volume de trabalho da assessoria  
220 parlamentar na supervisão dos conselheiros Hélio e Márcia, ao qual produziram oitenta  
221 notas técnicas, chegando atualmente a noventa e duas notas técnicas acerca de  
222 projetos que estão em tramitação urgente. A conselheira comemorou o aumento do  
223 Conselho em quarenta e três por cento, sendo o maior orçamento da SPDCA.  
224 Salientou que o CONANDA não financia mais projetos pontuais, exceto os inovadores  
225 que são para sistematizar as metodologias. Segundo ela, o foco está na produção de  
226 informações e na capacitação. Destacou a economia de procedimentos, inclusive  
227 logísticas, fazendo um convênio com a ANSET no sentido de mobilizar a sua rede em  
228 seus vinte e sete estados. Finalizou comentando a demanda do Ministro para definir  
229 eixos estruturantes no sentido de levantar ações que ficariam registradas como um  
230 legado após a finalização do mandato do Presidente Lula. Para isso, segundo ela, o  
231 ano de dois mil e nove seja estabelecido como um ano de consolidação dos trabalhos e  
232 projetos. No ponto de vista de cenários para o ano de dois mil e nove, disse que o  
233 Ministro Paulo Bernardo anunciou cortes de sessenta por cento do orçamento ainda  
234 sem impacto definido para a Presidência da República, mas com expectativa de corte  
235 para o Conselho inferior a sessenta por cento. Outro cenário destacado pela

236 conselheira foi a realização da oitava Conferência Nacional, definida como prioritária  
237 pelo Ministro Vannuchi. Sobre o PL 1627 informou que havia um compromisso pessoal  
238 do Ministro de fazer a devida mobilização da base de apoio do Governo no Congresso,  
239 para que ocorresse a votação naquele ano. Ressaltou a necessidade da revisão do  
240 Plano Nacional e Enfrentamento da Violência Sexual, pendente desde o ano anterior, a  
241 partir da Carta do Rio e do Pacto do Rio. Lembrou de ser o Ano Internacional da  
242 Educação em Direitos Humanos a ser celebrado com grande prioridade pela SEDH, em  
243 parceria com o MEC e solicitou que o CONANDA faça parte dessa pauta com a devida  
244 prioridade ao tema. Enfatizou que será o ano de aniversário de vinte anos da  
245 convenção dos Direitos da Criança e de cinquenta da Declaração, fato este que levou  
246 ao Ministro Vannuchi fazer o compromisso de lançar um livro sobre o assunto. Falou  
247 ainda da realização do Congresso Pan-Americano da OEA que terá como novidade a  
248 participação de crianças e adolescentes. Por fim, a conselheira sugeriu que o  
249 CONANDA buscasse entrar no cenário internacional implantando uma rede  
250 internacional de influências e de aproximação para, entre outras ações, auxiliarem na  
251 campanha para que os EUA assinem a convenção. Na seqüência, foi enfatizada a  
252 importância de avaliar as realizações cumpridas e destacou a paridade da construção  
253 das atividades que se somam e que se complementam, importante para a leitura dentro  
254 do CONANDA, no que definiu como ação de olhar para os acontecimentos passados  
255 na infância brasileira com demandas da sociedade, retratos de violência, violação de  
256 direitos muito extremos, situações de crueldade, e que resultaram na reação de  
257 grandes mobilizações e posicionamentos. Falou sobre o aumento da violência no  
258 Brasil, mas com divulgação feita pela mídia. Lamentou não terem dados comparativos  
259 paralelos para serem utilizados como instrumentos para mobilizar a sociedade civil no  
260 intuito de incentivar as denúncias de casos absurdos que acontecem, por vezes, nos  
261 lares, escolas e nas ruas, lugares onde as crianças devem ser protegidas pelo Estado.  
262 Ressaltou que a tarefa do SPCA é desafiadora e afirmou que o CONANDA fez um  
263 trabalho importante nas comemorações do aniversário do Estatuto e com relação ao  
264 encontro dos prefeitos eleitos, solicitando que se cumpram os dezoito compromissos  
265 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Relatou que em encontro recente dos  
266 prefeitos com o presidente, o CONANDA recebeu demandas de várias prefeituras e  
267 citou a de Ariquemes de Rondônia, que está aplicando as medidas sócio-educativas. A  
268 conselheira registrou fatos que, em sua opinião, passaram despercebidas e que devem  
269 ser celebradas como as sessões do CONANDA comandadas por duas duplas de  
270 mulheres. Sugeriu que, no cenário da situação da infância brasileira, o conselho defina

271 clara e objetivamente as ações da política setorial para que dialoguem falando de uma  
272 mesma criança. Destacou a oportunidade que o conselho tem para qualificar no  
273 instrumento legislativo, a chance de interferir, incidir nas missões, valores e objetivos,  
274 de uma forma mais contundente, para dentro da política nacional. Comentou o fato do  
275 agravamento da crise econômica atingir a população infanto-juvenil, que pode viver  
276 com mais intensidade os seus pontos de vulnerabilidade, inclusive por parte das  
277 políticas públicas com cortes no orçamento. Lembrou que o CONANDA, durante o ano,  
278 se manifestou em várias situações e listou algumas como a emissão de notas públicas  
279 e de repúdio, como a que repudiou a situação de cárcere privado e tortura que  
280 aconteceu em Goiânia. O CONANDA se posicionou sobre o caso de assassinato que  
281 ocorreu em São Paulo, da Isabela Nardoni; uma nota pública sobre a violação dos  
282 direitos no Morro da Providência, feita em conjunto com o "CONJURV" (?); outra nota  
283 pública em defesa dos direitos das crianças sobre a tutela do Distrito Federal, no CAJE;  
284 nota pública sobre o assassinato brutal de dois adolescentes na cidade de Ribeirão  
285 Pires, que pediu apuração da responsabilidade do caso pela Polícia Militar e do Estado.  
286 Citou ainda a manifestação em relação a situação vivida em Santo André. Explicou que  
287 as notas públicas que o CONANDA emitiu, falam diretamente sobre a situação de  
288 virilidade em que as crianças se encontram expostas na família, na sociedade e no  
289 Estado. Destacou a implementação do SINASE e da política pública em curso, em  
290 relação aos meninos que cumprem medidas sócio-educativas no país. Salientou que o  
291 ano de dois mil e oito registrou vários acontecimentos de barbárie explorados pela  
292 mídia e sugeriu a interferência do CONANDA na participação da Conferência de  
293 Comunicação com uma leitura mais crítica, analisando o fato de a criança ser sempre  
294 colocada em um contexto de crime na mídia, ou sendo vítima da violência, ou quando é  
295 provocadora da violência. Citou ainda o fato das novas tecnologias serem usadas para  
296 proteger e desproteger as crianças e sugeriu dialogar com a mídia para discutir a  
297 banalização da violência na própria televisão. Destacou as onze plenárias ordinárias do  
298 CONANDA e as duas plenárias descentralizadas, em Natal e no Rio Grande do Norte  
299 com destaque para a Carta de Natal que, a seu ver, foi um *start* na produção de  
300 políticas e planos do Conselho. Mencionou a proposta do ordenamento dos abrigos  
301 cujo planejamento está em curso para consolidar o Plano Nacional de Convivência  
302 Comunitária, que trata sobre o funcionamento dos Conselhos Tutelares. Citou também  
303 a elaboração da Carta de Aracajú que tratou do fortalecimento das diretrizes do Plano  
304 Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, com destaque para a linha de  
305 reaproximação com outros setores. Falou do andamento dos trabalhos nas

306 conferências municipais e estaduais em preparação à Conferencia Nacional que  
307 acontecerá em dois mil e doze. Lembrou a realização do encontro, no final do ano  
308 anterior, sobre a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças  
309 Desaparecidas, que demandou a construção de um banco e um cadastro de crianças  
310 desaparecidas. Mencionou ainda o "Encontro do Pacto Nacional: Um mundo para a  
311 criança e adolescente do semi-árido", feito em parceria com a SPDCA e o UNICEF e  
312 citou a realização da eleição das entidades não-governamentais para o CONANDA no  
313 biênio de dois mil e nove, dois mil e dez. Apontou as várias reflexões sugerindo para o  
314 futuro, estimular a participação de mais entidades da sociedade civil. Lembrou dos  
315 debates, inclusive com a presença de um senador, sobre a Agência Nacional de  
316 Proteção à Criança e ao Adolescente, pautada pelo CONANDA. Destacou as  
317 conquistas do Congresso Mundial como a articulação com os países de língua  
318 portuguesa, África e também com o MERCOSUL. Por fim, lembrou das ações com os  
319 quilombinhos e do prêmio da BMP recebido pelo CONANDA e pelas conselheiras  
320 Mirian, Núbia, Deusinéia e Rosiléia, e o recebimento do prêmio de Ordem do Mérito do  
321 Trabalho Getúlio Vargas, pela conselheira Cristina da SEPIR. O **coordenador (voz**  
322 **masculina não identificada)** agradeceu os relatos e instalou intervalo de dez minutos.  
323 No retorno, concedeu espaço para a conselheira **Rosiléia** que iniciou relatando a  
324 participação e atuação dos conselheiros do CONANDA em outros conselhos,  
325 representações, comissões e comitês no intuito de assegurar os interesses da  
326 população brasileira no exercício da democracia. Destacou que o relato feito pelas  
327 conselheiras anteriores a sua fala, estava em concordância com as competências  
328 definidas no regimento do CONANDA. Elogiou a presença dos conselheiros nas  
329 reuniões plenárias do CONANDA e solicitou maior incidência do Conselho nas ações  
330 sob sua responsabilidade. A conselheira **Núbia** destacou como ponto forte do  
331 Conselho a garra e a disponibilidade que todos os conselheiros têm de fazer seu  
332 trabalho para o fortalecimento do próprio conselho e para atingir os objetivos na defesa  
333 do direito da criança e do adolescente. O conselheiro **Chico** destacou a falta do  
334 reconhecimento por parte da sociedade do CONANDA como um órgão maior da  
335 política da criança e do adolescente e disse que o desafio é dar maior visibilidade ao  
336 Conselho. A conselheira **Glícia** disse que o reconhecimento do CONANDA avançou,  
337 mas lamentou o fato de algumas ações de políticas públicas dos gestores não serem  
338 apresentadas ao Conselho para serem discutidas e deliberadas. A conselheira (**não**  
339 **identificada**) citou o fato de faltar, por parte do CONANDA, a manifestação em  
340 algumas situações como no sentido de conhecer a razão, o conceito e a

341 operacionalização de determinadas políticas. Sugeriu compartilhar com o governo, pois  
342 a ser ver, falta a possibilidade de troca. A conselheira **Glícia** não concordou com a  
343 defesa do governo feito pela conselheira anterior a sua fala. O **Coordenador da**  
344 **reunião** entrevistou explicando a diferença entre a ameaça de fora para dentro que inibe a  
345 ação do CONANDA e a de oportunidade que, mesmo de fora para dentro, estimula a  
346 ação do CONANDA. Disse que a avaliação de que a falta de conhecimento dos  
347 gestores sobre o grande papel do CONANDA, que pode ter dificultado essa ação, é  
348 uma ameaça de acordo com o ponto de vista da conselheira. A conselheira (**Não**  
349 **identificada**) justificou o fato de ter respondido àquilo que foi solicitada a fazer que era  
350 pensar o papel do CONANDA, o papel dos conselheiros e de pensar o cenário do papel  
351 dos conselheiros nesse contexto. Disse que tentou fazer mediação e sentiu-se no  
352 direito de interagir. Destacou o fato de cada conselheiro ter uma perspectiva própria,  
353 diferente uma das outras. Encerrou dizendo respeitar inteiramente a companheira e que  
354 não estava tentando impor seu pensamento a ninguém. A conselheira (**não**  
355 **identificada**) lembrou dos debates acerca do reconhecimento enquanto conselheiros  
356 do CONANDA, independente de ser governamental ou não governamental e avaliou  
357 que o debate naquele momento era exagerado, pedindo que os conselheiros  
358 segurassem melhor a questão. A **Não identificado (voz feminina)** afirmou que a  
359 tentativa de mediação não avança por falta de neutralidade. Avaliou como ponto fraco,  
360 na sua visão, o fato de não poder partilhar. A conselheira **Carmem** disse que as  
361 circunstâncias acabaram colocando a conselheira Rosiléia em uma "calça justa" sem  
362 querer e sugeriu que a referida conselheira tomasse assento e que a consultoria  
363 assumisse a coordenação da discussão que estava em curso para, a seu ver, conduzir  
364 com neutralidade e para criar uma situação mais confortável para a própria conselheira  
365 Rosiléia. O **Coordenador** da reunião perguntou se a conselheira Rosiléia gostaria de  
366 fechar a questão e pediu para que os demais conselheiros refletissem sobre quais  
367 modelos mentais a discussão apontava para que quebrassem. A conselheira **Rosiléia**  
368 agradeceu a oportunidade e passou a palavra. A **Não identificado (voz feminina)**  
369 apontou o fato ocorrido como ponto fraco do Conselho. Afirmou ser grave o acontecido  
370 por se tornar um dificultador para o avanço dos trabalhos criando situações de  
371 constrangimento coletivo. Disse que seria um ponto do colegiado refletir para criar  
372 outras maneiras de corrigir eventuais rotas de ajuda ao outro. O **Não identificado (voz**  
373 **masculina)** disse que a questão não era de desrespeito e sim um problema na  
374 comunicação, ou seja, de entendimento da comunicação da proposta. O **Não**  
375 **identificado (voz masculina)** apontou que o ocorrido, de certa forma, estava inserido

376 na temática de cenário discutida pela plenária. No caso, de cenário interno. A  
377 consultora **Penha** concluiu avaliando o ocorrido como desafio para o Conselho. Disse  
378 que conflitos sempre vão existir e que são saudáveis. Mas sendo preciso saber lidar  
379 com os conflitos e com as coisas ditas, explicitadas, com franqueza, transparência,  
380 ética, justiça social e com um profundo respeito, lembrando do Credo do Conselho. A  
381 **Não identificada (voz feminina)** afirmou que no cenário de grande demanda e em  
382 função a tarefa de fazer análises, o conselho acabava sendo engolido pela realidade e  
383 pelas demandas internas. Apontou ser um ponto forte o fato do Conselho ser  
384 deliberativo e sugeriu potencializar essa prerrogativa. Pediu desculpas aos  
385 conselheiros por ter que se retirar e justificou ter que fazê-lo por conta de um  
386 compromisso com o filho. Na seqüência, o **Coordenador** da reunião avançou na pauta  
387 falando dos marcos tanto os apresentados pelo grupo da sociedade civil quanto os  
388 apresentados pelo grupo do governo. Disse que a idéia era a de levantar a relação  
389 deles com os pontos forte do CONANDA. Começou discutindo os novos métodos para  
390 passar posteriormente às ameaças. Foram apontados como sendo pontos fracos: A  
391 estrutura e funcionamento frágeis, o fato de não cumprir as deliberações, a falta de  
392 monitoramento, falta de conhecimento de gestão pública implica em complicador para  
393 os representantes da sociedade civil, a quantidade de compromissos, a sobrecarga dos  
394 compromissos que cada conselheiro tem, o não encaminhamento das deliberações do  
395 CONANDA por conta da estrutura fragilizada, a não participação dos conselheiros  
396 governamentais nas assembléias do CONANDA, o acúmulo de função pelo secretário  
397 executivo do CONANDA, a sub-utilização da sua força político-institucional e poder  
398 decisório do CONANDA, que desconhece a sua força política, o fato do grupo não se  
399 reconhecer como colegiado, a falta de um projeto político do conselho para a infância e  
400 adolescência no país, o fato do conselho ser muito reativo, a composição ultrapassada  
401 do Conselho, a pouca articulação com os conselhos de direitos estaduais e municipais,  
402 o pouco cumprimento da atribuição de formulação de políticas públicas, a fragilização  
403 da articulação com os conselhos de direito e com os outros conselhos nacionais de  
404 defesa de direito de políticas públicas, a baixa incidência no ciclo orçamentário, a  
405 participação na formulação do PPA e a definição dos valores dos programas, o fato de  
406 pouco investimento na qualificação dos conselheiros para aprofundamento de alguns  
407 temas, a baixa composição administrativa que o CONANDA tem e a questão do  
408 respeito e resposta às demandas operacionais do Conselho, o descumprimento do  
409 regimento interno, a pouca utilização da mídia, o fato de planejar e não executar, a falta  
410 de normativas claras e objetivas para a escolha da sociedade civil para compor o

411 CONANDA. O conselheiro **Francisco** encaminhou então para os pontos fortes. Foi  
412 apontado como pontos fortes: a disposição de todos os conselheiros e as conselheiras  
413 para fazer o bom funcionamento do CONANDA, o fato do CONANDA ter em sua  
414 formação, pessoas com multiplicidades de saberes, a participação do lado não-  
415 governamental de instituições que tem muitas ações sendo realizadas no Brasil na área  
416 de educação, desenvolvimento comunitário entre outras, a diversidade na composição  
417 dos conselheiros e a prática acumulada, ou seja, a vivência de base, a abrangência na  
418 atuação e a incidência política do conselho, a presença e a coesão na sociedade civil,  
419 o compromisso de cada conselheiro com base na especificidade da política de  
420 atendimento à criança e adolescência e o crescimento dos conselheiros na diversidade,  
421 a equipe de comunicação e portal dos direitos da criança, o fundo de recursos com  
422 fontes próprias e o reconhecimento público da sua competência legal, o fato de  
423 sociedade civil e governos estarem juntos resultando na construção compartilhada, a  
424 atuação dos conselheiros nas comissões, as diversas representações do CONANDA e  
425 o avanço da SPDCA em termos técnicos e políticos de representatividade, a ampliação  
426 dos recursos junto ao fundo e a auto-implementação desses recursos, o  
427 reconhecimento do CONANDA como interlocutor social para a defesa dos direitos da  
428 criança e do adolescente e o potencial do CONANDA de assegurar a continuidade das  
429 políticas de um governo para o outro, o fato da existência de uma secretaria executiva,  
430 que apesar de reduzida, conseguiu fazer muita coisa e também a disponibilidade dos  
431 funcionários que estão à disposição do CONANDA, as assembleias descentralizadas,  
432 que discute assuntos pertinentes locais com repercussão nacional, as melhorias na  
433 gestão pública com novos sistemas e procedimentos que permitem que os conselhos  
434 melhor procedam ao controle social, o posicionamento do CONANDA nos casos de  
435 violação de direito e o fato da organização da sociedade civil a partir do fórum nacional,  
436 a capilaridade da ação dos conselheiros, a realização das consultas públicas e dos  
437 debates temáticos específicos em políticas para aprovar e fazer resoluções, a  
438 participação crescente e com qualidade de adolescentes nas Conferências Nacionais  
439 desde o processo municipal, a questão da vinculação da participação da sociedade civil  
440 no CONANDA, a oportunidade de aprendizado com as adversidades, aplicadas no  
441 princípio da democracia participativa, garantido como conquista pela constituição  
442 federal e o espaço que permite o fortalecimento das políticas inter-setoriais. O  
443 conselheiro **Francisco** passou então para o item de oportunidades. Foram apontadas  
444 três questões: a distorção das informações na mídia; a questão da visibilidade nacional,  
445 e a questão da criança e adolescente não ser uma prioridade absoluta no orçamento.

446 Também foram apresentados dois itens: a ascensão do uso de crack no Brasil e a  
447 fragmentação da estrutura familiar. Foi destacada a crise econômica mundial e disputa  
448 de interesse econômico. A questão da crise econômica foi complementada como  
449 desculpa para o contingenciamento na área da criança e adolescente. Foi assinalada a  
450 provável redução de recursos, a criação de novas instâncias regulatórias como no  
451 Conselho Nacional de Justiça e de instâncias deliberativas que querem concorrer com  
452 o CONANDA nesse sentido, a atuação dos legisladores do Congresso Nacional que  
453 ficam criando normas a mais, como a Agência Nacional, a perspectiva da Agência  
454 Nacional que sobrepõe questões que cabe ao CONANDA e também ao órgão gestor,  
455 coordenador da política e as tentativas sistemáticas que tem no Congresso Nacional de  
456 alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente, quase sempre para restringir direitos.  
457 Foram assinaladas outras instâncias que lidam com a criança e o adolescente, como a  
458 polícia, judiciário, profissional inexperientes e a mídia, na medida em que se coloca  
459 contrária à algumas questões dadas a sociedade. Foi destacado a dependência  
460 excessiva de doações e o aumento do risco de desvio dos recursos, a perda de  
461 qualidade da representação brasileira no Congresso Nacional, retrocesso para todos os  
462 campos de direitos humanos e a questão do uso da mídia e do Congresso Nacional de  
463 uma forma muito prejudicial. Como fator de grande risco, foi destacada a mídia, por seu  
464 poder de manipulação. Outra ameaça destacada foi a pouca utilização por parte do  
465 CONANDA, de meios legais para garantir o cumprimento das deliberações. Como  
466 sendo o mais grave, foi destacado o tráfico de drogas. Mais de noventa por cento dos  
467 adolescentes no país, que estão em conflito com a lei, estão comprometidos com o  
468 tráfico de drogas. Outro ponto apresentado foi o número de crianças fora da escola. A  
469 Conselheira Helen apresentou o painel de oportunidades que incluía espaço de troca,  
470 governo e sociedade civil; vontade aguerrida da sociedade civil na atuação dos  
471 conselhos; diversidade e riqueza na composição; fundo de recursos com fontes  
472 próprias; reconhecimento público do CONANDA; avanço da SPDCA na  
473 representatividade técnica e política; reconhecimento do CONANDA como interlocutor;  
474 legitimidade na continuidade das ações integrantes do sistema de garantia de direito;  
475 modelo legal constituído. Concluindo a apresentação, Foi lembrada a proposta de  
476 obrigatoriedade do ensino até o ensino médio, como oportunidade de aumento da  
477 escolarização das crianças e adolescentes. Logo a seguir, a Conselheira Helen pediu  
478 uma salva de palmas aos trabalhos realizados e deu por encerrada a plenária,  
479 desejando bom descanso a todos.

481

482

483

**CARMEM** \_\_\_\_\_

Presidente do CONADA